



TSE avalia pedido de entidade para proibir mesários de usar camiseta da Seleção no dia do pleito, com o objetivo de evitar animosidade em meio ao clima de polarização. Outra demanda é o fechamento dos clubes de tiro

Camisa do Brasil vira motivo de preocupação

Integrantes de entidades da sociedade civil que fazem parte do Observatório de Transparência da Eleição pediram, na segunda-feira, ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, que leve ao plenário da Corte uma proposta de resolução para proibir o uso de camisetas da Seleção Brasileira por mesários.

Segundo informaram à reportagem dois participantes do encontro, a proposta teria sido apresentada pela Associação Juízes para a Democracia (AJD). A reunião foi realizada em conjunto com os integrantes da Comissão de Transparência das Eleições — criada em 2021 pelo ministro Luís Roberto Barroso para aumentar a fiscalização da disputa deste ano pela população.

Os autores da proposta teriam dito a Moraes que o uso das camisetas da Seleção Brasileira por mesários pode provocar animosidade nas seções eleitorais do país, por causa do contexto de polarização e belicosidade entre as campanhas dos principais candidatos à Presidência.

As camisetas da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) passaram a representar grupos e manifestantes de direita, com destaque recente aos apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL), que incorporaram a vestimenta em atos de apoio ao governo.

Moraes teria respondido aos participantes da reunião que a situação envolvendo os mesários preocupa. Segundo pessoas presentes no encontro, o presidente do TSE disse que a questão do uso das camisetas da Seleção é um problema a ser enfrentado, mas não deu prazo para o caso ser apreciado pelo plenário, tampouco garantiu que a proposta avançará no tribunal.

Outra solicitação feita pelas entidades foi o fechamento de

clubes de tiro no período que vai de sexta-feira, dois dias antes do pleito, até terça-feira. Um dos três representantes de organizações que falaram durante a reunião argumentou que o trancaamento evitaria que a categoria dos caçadores, atiradores e colecionadores (CACs) argumentasse que o porte seria apenas para se dirigir aos clubes. Moraes já vinham avaliando a adoção dessa medida após reunião com delegados da Polícia Civil que manifestaram a preocupação com esse tipo de estabelecimento.

Na reunião, os presentes ainda teriam proposto a ampliação da restrição ao porte de armas em todo o território nacional. O TSE proibiu a circulação de pessoas armadas a 100 metros das seções eleitorais nos dois dias que antecedem a eleição, no dia da votação e nas 24 horas após a divulgação dos resultados. As entidades da sociedade civil pediram que a Corte aumente o raio da proibição.

Violência

Moraes também teve um encontro com seis centrais sindicais. As entidades reivindicaram segurança para trabalhadores que vão atuar no dia da eleição. Os dirigentes entregaram ao presidente da Corte um documento com sugestões de ações a serem adotadas, tendo em vista os episódios de violência registrados nesta campanha eleitoral em diversos locais do país.

“É dramático termos de enfrentar esse tipo de regressão no padrão das relações políticas, quando concebemos que o respeito e a tolerância são bases para o exercício livre do direito de opinião e de escolha pelo voto”, diz o texto.

Entre as sugestões relacionadas no documento estão o reforço especial no sistema de segurança para todos os que trabalham nas regiões/zonas de votação (servidores e mesários)

Ruy Baron / AFP



Manifestação a favor de Bolsonaro: camisetas da Seleção são atreladas à imagem de apoiadores do presidente

Participantes

Estiveram na reunião representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

e aos próprios eleitores; a mobilização de todo o aparato de segurança (nacional, estadual e municipal) em torno de um plano de proteção e segurança; a manutenção de plantão dos órgãos que podem dar suporte ao combate à violência; o monitoramento da situação e dos casos de agressões; e celeridade na adoção de medidas para punir os responsáveis.

“Foi importante a conversa com o ministro porque saímos tranquilos de que todas as questões de segurança foram tomadas. Entregamos um documento

com propostas de como intensificar a segurança, e o ministro adiantou que algumas delas já estão em andamento”, ressaltou o presidente da CUT, Sérgio Nobre.

Conforme os representantes sindicais, Moraes explicou que em todas as regiões houve contato com os secretários de segurança dos estados. “O setor de inteligência está integrado, tanto do setor de segurança quanto das polícias estaduais”, destacou Miguel Torres, presidente da Força Sindical. (Taisa Medeiros e Agência Estado)

EUA e ONU apreensivos

» RAPHAEL FELICE
» JOÃO GABRIEL FREITAS*

Os Estados Unidos e a Organização das Nações Unidas (ONU) manifestaram preocupação com a violência no Brasil nesta campanha eleitoral. A secretária de imprensa da Casa Branca, Karine Jean-Pierre, defendeu o diálogo no país. “Temos visto informes recentes de violência e, embora o direito de protestar seja fundamental em qualquer democracia, os Estados Unidos condenam qualquer ato de violência e instam os brasileiros a se fazerem ouvir de forma pacífica”, afirmou.

Karine Jean-Pierre pediu a realização de eleições “livres e limpas” em 2 de outubro. “Vamos monitorar de perto e confiar na força das instituições democráticas do Brasil”, disse.

O Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos também demonstrou apreensão. “Estamos fortemente preocupados com o relato de violência contínua que envolve partidos políticos, apoiadores e candidatos”, frisou a porta-voz, Ravina Shamdasani.

Ela pediu que as autoridades brasileiras criem um clima de segurança para o eleitor manifestar seu direito ao voto. “Deve-se criar um ambiente em que possa haver uma troca saudável de ideias e que a imprensa possa agir livremente, checando e veiculando os resultados do processo eleitoral. Também notamos que tem havido repetidas tentativas de descredibilizar o processo eleitoral e ameaças a não respeitar o resultado das eleições. Isso também representa um sério risco ao processo democrático”, enfatizou, em um claro recado ao presidente Jair Bolsonaro (PL).

*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Dois pontinhos que podem fazer falta: Soraya e D'Ávila

A senadora Soraya Thronicke (União Brasil) e o candidato do Novo, Felipe D'Ávila, ficaram com 1% na pesquisa Ipec divulgada na segunda-feira; um percentual de votos que mais ou menos se repete em todos os levantamentos. A pesquisa mostrou que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem chances reais de vencer no primeiro turno, com 48% das intenções de voto. O presidente Jair Bolsonaro (PL) aparece com 31%. A diferença entre os dois é de 17 pontos percentuais. Ciro Gomes (PDT) tem 6% e Simone Tebet (MDB), 5%. Os demais candidatos foram citados, mas não alcançam 1% das intenções de voto.

A existência ou não de segundo turno depende da eficácia da campanha do voto útil a favor de

Lula e do desempenho de Bolsonaro nestes últimos dias de campanha, na qual o clímax será o embate entre os dois no debate de presidenciáveis na TV Globo. A candidata da União Brasil, porém, vem roubando a cena nos debates, principalmente em razão da “viralização”, nas redes sociais, de seus enfrentamentos com Bolsonaro. Felipe D'Ávila faz uma campanha mais formal e menos agressiva, focada num posicionamento claramente ideológico: a defesa programática do liberalismo. Sua tendência é confrontar as posições do governo Lula do ponto de vista da economia.

Tanto D'Ávila quanto Soraya são personalidades políticas que emergiram durante o governo Dilma Rousseff, a partir das

manifestações de 2013, que tinham um forte caráter antissistema. A diferença principal entre ambos é que Soraya se elegeu na aba do chapéu de Bolsonaro, liderando a transição das manifestações difusas de 2013 para os protestos em apoio à Lava-Jato e pelo impeachment de Dilma Rousseff em seu estado, o Mato Grosso do Sul; o empresário, porém, apostou na criação de um novo partido político, ortodoxamente liberal, que fizesse a crítica do patrimonialismo, do fisiologismo e do clientelismo, bem como ao nacional-desenvolvimentismo e à presença do Estado na economia.

O União Brasil, resultado da fusão do antigo DEM com o PSL, pelo qual Bolsonaro concorreu em 2018, é um dos maiores partidos do país, muito próximo ao Centrão, sob comando do deputado Luciano Bivar (PE) e do ex-prefeito de Salvador ACM Neto, que lidera a disputa pelo governo da Bahia. A candidatura de Soraya foi lançada para deixar o partido à vontade nos estados, sem ter de se vincular a Lula ou

Bolsonaro. Serviria também para conter o crescimento da candidatura do MDB, Simone Tebet (MS), principalmente no seu estado. Empresária, dona de uma rede de hotéis, Soraya começou a se descolar do governo Bolsonaro durante a pandemia de covid-19, ao atuar na CPI que investigou a crise sanitária a partir da falta de oxigênio nos hospitais de Manaus.

Mercado e liberdade

D'Ávila é outra história, substituiu João Amoedo, candidato nas eleições passadas, na tarefa de dar visibilidade ao Novo, cuja bancada federal precisa ser reeleita. Com oito deputados, o Novo foi o único partido que se posicionou contra o Auxílio Brasil na votação do pacote de bondades do governo, em pleno calendário eleitoral. A grande referência teórica da legenda é o economista austro-britânico Friedrich Hayek, que polemizou com John Maynard Keynes durante a Grande Depressão. No pós-Segunda

Guerra Mundial, evoluiu da crítica puramente econômica ao keynesianismo para uma visão político-ideológica de que o planejamento econômico era a forma de controle sobre a vida das pessoas e uma ameaça à liberdade.

Hayek fez uma crítica permanente e implacável a socialistas e social-democratas, e não apenas do comunismo. Segundo ele, “uma reivindicação por igualdade material só pode ser satisfeita por um governo com poderes totalitários”. A consagração das suas ideias se deu quanto Margareth Thatcher, recém-eleita líder do Partido Conservador, transformou as propostas de Hayek num programa de governo, com o qual assumiu o poder e se tornou, como primeira-ministra, a “Dama de Ferro”. A série britânica Crow, sobre a rainha Elizabeth II, recém-falecida, que está por lançar sua quinta temporada, mostra bem esse período da política do Reino Unido.

Para Hayek, o papel central do governo é manter o “Estado de direito”, com o mínimo possível da vida de pessoas. No Brasil, muita

gente pensa dessa forma, ou seja, como D'Ávila e, em menor escala, Soraya. Por que então eles não saem de 1% nas pesquisas? No caso do candidato do Novo, pode-se dizer que não tem um partido forte o suficiente para dar sustentação a uma candidatura a presidente da República. Não é o caso de Soraya, que é candidata de um grande partido, que não leva a sério sua candidatura.

A resposta talvez esteja na campanha de 2018, quando Bolsonaro entregou a condução de seu projeto econômico ao economista Paulo Guedes, egresso da Escola de Chicago, que foi aluno de Milton Friedman e trabalhou na equipe econômica do ditador chileno Augusto Pinochet, que também foi assessorado por Hayek. No poder, Guedes esvaziou completamente possibilidade de uma alternativa liberal à margem do governo Bolsonaro, até que veio a pandemia de covid-19 e, nela, o “Posto Ipiranga” perdeu o bonde do equilíbrio fiscal e da não intervenção na economia. Passou a fazer tudo ao contrário do que havia prometido.